

Trajetória do associativismo sindical no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1992-2006*

Walter Arno Pichler**

Sociólogo e Economista da Fundação de Economia e Estatística

Resumo

O autor utiliza os dados da PNAD-IBGE para traçar um quadro da trajetória do associativismo sindical geral e por sexo no Rio Grande do Sul e no Brasil, entre 1992 e 2006, para identificar peculiaridades regionais e para demarcar fases de crise e de revitalização do sindicalismo. Com base no expressivo crescimento do número de associados e, em particular, da participação de mulheres em sindicatos, o autor conclui que essas entidades conseguiram superar a conjuntura desfavorável dos anos 90 e se adaptar às circunstâncias econômico-sociais e políticas cambiantes das últimas décadas.

Palavras-chave: relações de trabalho; sindicatos; sociologia do trabalho.

Abstract

The author uses PNAD-IBGE data for 1992-2006 to examine the evolution of union membership and union density per gender in Rio Grande do Sul and Brazil. He identifies regional peculiarities, and demarcates phases of crisis and revival of unionism. He concludes that the expressive growth of union membership and density indicates that Brazilian unions were successful in adapting to the changes in the economic and political broader environment of the last decades.

Key words: industrial relations; sociology of work; union membership.

Classificação JEL: J51.

* Artigo recebido em 22 abr. 2009.

** E-mail: Walter@fee.tche.br

O autor agradece os esclarecimentos, comentários e sugestões de Míriam de Toni, Raul Luis Assumpção Bastos, Anita Brumer, Yara Welle e Lia Santos Chitolina. Erros que tenham eventualmente permanecido são de inteira responsabilidade do autor.

1 Considerações iniciais

Sindicatos exercem a função de representação e de defesa dos interesses profissionais e econômicos de seus associados. Teoricamente, seu poder de barganha é diretamente proporcional ao seu tamanho, ou seja, à parcela da força de trabalho que congregam. Nas sociedades industrializadas, o auge do associativismo sindical¹ e do sindicalismo situou-se entre as décadas de 50 e 70. As transformações econômicas, sociais e organizacionais das décadas mais recentes, no entanto, afetaram negativamente os sindicatos (Bamber; Lansbury; Wailles, 2004; Checchi; Visser, 2005; Jose, 2002; Lawrence; Ishikawa, 2005). Entre as consequências mais salientes desse processo, estão a queda do número de associados, a redução da cobertura das negociações coletivas de trabalho e o declínio do ativismo sindical. Esses fatos afetaram não somente as organizações dos trabalhadores, mas também colocaram em questão a viabilidade dos mecanismos regulatórios das relações de trabalho e das instituições do mercado de trabalho² erigidas em meados do século XX (Jose, 2002, p. 2-3; 17-18).

A queda nos níveis de associativismo é atribuída à globalização, à introdução de políticas econômicas liberais e de flexibilização do mercado de trabalho e às mudanças tecnológicas e suas implicações sobre a estrutura do emprego e a composição da força de trabalho. No que se refere especificamente às últimas, citam-se o relativo declínio do emprego tradicional — caracterizado pelo tempo integral e pelo contrato por tempo indeterminado —, a diminuição do emprego na indústria — no qual o movimento sindical era tradicionalmente forte —, a expansão da ocupação no setor de serviços e o surgimento de novas formas de emprego — notadamente, o trabalho em tempo parcial e o trabalho por tempo determinado (Ben-Israel; Fisher, 1994; Kelly; Frege,

2005; Jose, 2002; Lawrence; Ishikawa, 2005; Salamon, 1998).

A acentuada e persistente queda nos níveis de associativismo em grande parte das sociedades industrializadas é vista por alguns autores, tal como Fiorito (apud Machin; Wood, 2005, p. 201-202), como indicio de que essas entidades estariam fadadas a se tornarem supérfluas e, no limite, a desaparecerem. As funções das entidades sindicais tenderiam a ser substituídas por “práticas positivas” dos empregadores, notadamente pela adoção de métodos modernos de administração de recursos humanos. Estudo da Organização Internacional do Trabalho (Lawrence; Ishikawa, 2005, p. 27) mostra, no entanto, que nem os sindicatos desapareceram e tampouco deixaram de exercer seu papel. Se, por um lado, se assistiu, nos anos 90, a uma queda acentuada no associativismo, principalmente na indústria manufatureira, por outro, observou-se um aumento de associados na área de serviços. Além disso, Lawrence e Ishikawa mostram que a queda do associativismo não pode ser generalizada. Por exemplo, nos países do norte da Europa, o nível de associativismo é elevado, enquanto, nos países em desenvolvimento da Ásia, é muito baixo. Outro trabalho mostra que, em alguns países do sul da Europa (Espanha, Inglaterra, Itália), se verificou uma revitalização dos sindicatos, fato expresso no aumento dos níveis de associativismo (Kelly; Frege, 2005, p. 50-56). Kelly e Frege notam, no entanto, que essa recuperação vem ocorrendo de forma tímida, pois os sindicatos não alcançaram os níveis de associativismo existentes nos anos 50 e 60. Além disso, eles sustentam que a revitalização verificada nesses países vem acompanhada por uma “moderação” sindical, caracterizada por baixos índices de conflito e postura defensiva no mercado de trabalho. Esse diagnóstico não pode, porém, ser generalizado. Os mesmos autores afirmam que as estratégias e as respostas dos sindicatos diferem em função de um conjunto inter-relacionado de aspectos. Entre os mesmos estão: o tipo de capitalismo que prevalece em uma sociedade, o ambiente institucional, o tipo de estratégia adotada pelos empregadores, valores e crenças prevalentes no meio sindical e o tipo de interações dessas entidades com o Estado. A recuperação, ainda que parcial, dos níveis de associativismo indica que os sindicatos não assistiram passivos à queda do número de membros. Eles ampliaram suas funções e serviços e alteraram suas estratégias de recrutamento, procurando estimular a entrada de mulheres, aposentados e jovens (Salamon, 1998).

Este artigo se propõe a verificar como foi a trajetória do associativismo sindical no Brasil e no Rio Grande do

¹ **Associativismo sindical** é definido como ato de sindicalizar-se, de passar a pertencer ou de ser membro de sindicato, de filiação a sindicato.

² Entre os instrumentos regulatórios estão negociações coletivas de trabalho, esquemas de participação de trabalhadores na gestão de empresas e formas de concertação social. Por sua vez, entre as instituições do mercado de trabalho estão as organizações de representação de interesses de patrões e empregados e os direitos individuais e coletivos do trabalho estabelecidos na legislação laboral — tais como estabilidade no emprego, salário mínimo, descanso remunerado, benefícios não monetários e outros (Jose, 2002, p. 2-3; Keenoy, 1990, p. 96-148).

Sul nesse contexto de mudanças. Examina-se a evolução da afiliação sindical em geral, por áreas urbanas e rurais e por sexo, no Estado e no País, entre 1992 e 2006.³ A evolução do número total de associados e, especialmente, da densidade sindical (ou taxa de sindicalização) permite verificar se houve aumento ou declínio de seu poder relativo na sociedade. Uma diminuição do número de associados e, sobretudo, do grau de penetração dos sindicatos na força de trabalho indica uma situação de queda (ou crise), ao passo que o contrário indica uma situação de revitalização. A distribuição do associativismo e das taxas de sindicalização nas áreas urbanas e rurais indica em que medida as tendências de evolução foram homogêneas na economia. Por sua vez, a análise do associativismo por sexo indica se houve incorporação, em sindicatos, de novos segmentos da População Economicamente Ativa⁴ em particular as mulheres, durante o período. Um aumento no número e na participação relativa de mulheres em sindicato indica, igualmente, possíveis mudanças nas estratégias de recrutamento adotadas por essas organizações.

Os dados relativos ao número de associados a sindicatos foram extraídos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. A PNAD disponibiliza uma série histórica que cobre quase todos os anos do período considerado, com exceção de 1994 e 2000. O estudo toma por referência o Rio Grande do Sul. Para poder identificar características regionais, comparou-se o Estado com o Brasil.

Na primeira parte do texto, apresentam-se os principais conceitos aqui utilizados e se discute, sucintamente, o enquadramento teórico geral da questão em foco. A segunda parte apresenta um quadro geral da evolução do associativismo e da densidade sindical no Rio Grande do Sul. Nessa parte, os dados foram desagregados para as áreas urbanas e rurais, e se destacam as peculiaridades do Estado em relação ao País. Na terceira seção, os dados empíricos, para os mesmos subconjuntos considerados na parte anterior,

são desagregados por sexo. O texto finaliza com um apanhado geral e com o significado da evolução do associativismo sindical ao longo das duas décadas consideradas.

2 Definições e enquadramento teórico

Sindicatos constituem elementos de um sistema de relações de trabalho. A expressão **sistema** refere-se ao conjunto formado por estruturas institucionais inter-relacionadas e comportamentos interdependentes no mundo do trabalho, num dado momento histórico (Dunlop, 1993, p.13; Kaufman 2004, p. 49). Por sua vez, o conceito de **relações de trabalho** é definido por Kaufman (2004, p.45, 49-62) como todos os comportamentos, produtos, práticas e instituições que emanam do — e que afetam o — emprego. Isso inclui o processo de produção, a relação de emprego e um conjunto de instituições sociais, tais como o mercado de trabalho, o mercado de produtos, as organizações que contêm e coordenam o processo de produção e os atores coletivos. O estudo das relações de trabalho inclui, igualmente, os elementos que afetam esse tipo de interações sociais, tais como: os aspectos sociais gerais (a cultura, as classes sociais, a ética, as ideologias e aspectos históricos); a ciência e a tecnologia; o Estado-nação; e as normas que definem as relações entre os atores sociais.

Os sindicatos, organizações representativas dos interesses de patrões e empregados, estão entre as principais instituições — ao lado das firmas e dos mercados — do sistema de relações de trabalho. Essas entidades desenvolvem ações coletivas, com vistas à promoção de seus interesses, e exercem uma importante função no estabelecimento das normas que regem as relações laborais, principalmente pela via da negociação coletiva (Beaumont, 1990, p. 44; Dunlop 1993; Salamon 1998, p.85).

O tamanho dos sindicatos e o seu grau de penetração na força de trabalho são indicados pelo número de associados e pela densidade sindical respectivamente (Salamon, 1998, p. 97). A densidade sindical é definida como a afiliação em sindicato em relação ao seu número potencial de membros.⁵

Teoricamente, o poder de barganha dos sindicatos é diretamente proporcional à densidade sindical. De acordo com Salamon (1998, p. 97), na medida em que cresce o

³ O início da série histórica foi estabelecido, neste estudo, em 1992, por ser esse o ano a partir do qual a PNAD-IBGE introduziu uma nova metodologia. Esta consistiu, basicamente, na redefinição do conceito de trabalho e do tempo de trabalho. A mudança comprometeu a comparabilidade das séries históricas de 1992 em diante com as anteriores. Para maiores detalhes sobre as mudanças da PNAD-IBGE em 1992, consultar Silva (1997).

⁴ Existe uma abundante literatura demonstrando que, ao longo das últimas décadas, houve um expressivo incremento na participação das mulheres na força de trabalho (Bruschini; Lombardi, 2002; Hoffmann; Leone, 2004; Hirata, 2002).

⁵ A densidade sindical é calculada dividindo-se o número de associados a sindicato pelo número de ocupados.

seu poder de barganha, também aumenta a capacidade dos sindicatos de trabalhadores de recrutar novos membros — pelo menos até o ponto de saturação.⁶

O associativismo sindical é afetado por diversos fatores que não estão apenas inter-relacionados, mas que também podem ter pesos diferentes, dependendo do âmbito⁷ em que a questão é examinada (Salamon, 1998, p.96-97). Entre os fatores apontados por Salamon, estão: mudanças na estrutura econômica, no mercado de trabalho e na força de trabalho; mudanças nos valores sociais e no ambiente político (expressos nas políticas públicas e na legislação); atitudes e ações do empresariado; variações nos preços, nos salários e no desemprego; e características dos sindicatos e da liderança sindical.

O termo sindicato⁸ é aqui utilizado em consonância com a definição empregada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): é toda associação para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais, de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais, exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão, ou atividades ou profissões similares ou conexas (Art. 511).

A próxima seção apresenta um quadro geral da evolução do associativismo sindical total, rural e urbano no Rio Grande do Sul, no período de 1992 a 2006, estabelecendo-se comparações entre o Estado e o Brasil. Examina-se uma série histórica, considerando o número de associados a sindicato e a densidade sindical total e por situação do domicílio.

3 Evolução do associativismo sindical geral e por situação do domicílio

De acordo com o IBGE, havia, em 2006, no Rio Grande do Sul, cerca de 1.425,9 mil associados a sindicatos (Tabela 1). A maior parte desse contingente

(64,7%) residia nas áreas urbanas e 35,3% residia nas áreas rurais. No Brasil, o contingente de associados totalizava 16.594,5 mil pessoas (Tabela 2). Cerca de 76,5% residiam nas áreas urbanas, enquanto 23,5% residiam nas áreas rurais. O total geral de associados no Rio Grande do Sul representava cerca de 8,6% do total geral brasileiro.

Comparando o ano de 2006 com o de 1992, percebe-se, no Estado, um aumento de 9,7% (126,0 mil pessoas) no número de associados. Em termos absolutos, o maior aumento ocorreu nas áreas urbanas (incremento de 74,6 mil pessoas), enquanto, nas áreas rurais, esse aumento foi de 51,4 mil pessoas. Em termos relativos, no entanto, o crescimento no número de associados a sindicatos foi mais intenso nas áreas rurais do que nas urbanas — 11,4% e 8,8% respectivamente.

O aumento do número de associados no Estado não foi um fenômeno isolado. Na Tabela 2, vê-se que, no Brasil, o crescimento do número total de sócios de sindicato no período 1992-2006 foi muito superior, em termos relativos, ao do Rio Grande do Sul, situando-se em 51,8% (5.660,3 mil pessoas). A maior parte desse aumento ocorreu nas áreas urbanas do País (4.126,2 mil pessoas); e a menor, nas áreas rurais (1.534,1 mil pessoas). Em termos relativos, no entanto, tal como no Estado, o maior crescimento registrou-se nas áreas rurais (64,6% em relação a 1992), enquanto, nas áreas urbanas, o aumento foi de 48,2%. O Rio Grande do Sul contribuiu apenas com 2,2% do aumento do contingente total de associados a sindicatos no País. Essa diminuta participação no aumento do contingente de associados no País deveu-se à queda do associativismo masculino no Estado, como se verá mais adiante.

Observando o associativismo sindical na perspectiva de seu grau de penetração na força de trabalho — indicado pela densidade sindical (Tabela 1) —, pode-se ver que, no Rio Grande do Sul, em 2006, 24,3% do número de ocupados era associado a sindicato. Nas áreas rurais do Estado, a parcela dos ocupados, associada a sindicato, era praticamente o dobro da urbana — 37,0% e 20,5% respectivamente. No mesmo ano, no Brasil, a despeito de todo o crescimento do número de associados verificado no período, a parcela de ocupados associada a sindicato era inferior à do Estado, atingindo 18,6% em 2006. Tal como no Rio Grande do Sul, no País a densidade sindical nas áreas rurais era superior à das áreas urbanas — 23,1% e 17,5% respectivamente. Note-se que o nível de disparidade existente entre as taxas urbanas e as rurais nacionais não atingiu os mesmos níveis do Rio Grande do Sul.

⁶ O ponto de saturação é atingido no momento em que o número de não associados é muito pequeno. A partir desse ponto, torna-se muito difícil recrutar os não afiliados em função de problemas organizacionais ou ideológicos (Salamon, 1998 p.97).

⁷ Um estudo pode ter como referência um sindicato individual, um setor de atividades ou um país.

⁸ Para um estudo mais aprofundado sobre sindicatos, consultar Cattani (2002, p.287-288) e Salamon (1998, p.85-86), dentre outros.

Analisando, agora, a evolução da densidade sindical no tempo, vê-se que, no Rio Grande do Sul, a despeito do crescimento do número de associados, houve queda na densidade sindical total entre 1992 e 2006, a qual passou de 26,1% do total de ocupados em 1992 a 24,3% em 2006 (Tabela 1 e Gráfico 1). Esse recuo, no entanto, não foi uniforme. Nas áreas rurais, a densidade sindical elevou-se em 5,8 pontos percentuais no período, enquanto, nas urbanas, declinou em 3,5 pontos percentuais.

No País, ao contrário do Estado, registrou-se uma elevação da densidade sindical total entre 1992 e 2006 (Gráfico 2). No primeiro ano da série histórica, 16,7% do total de ocupados eram associados a sindicato, ao passo que, em 2006, eram 18,6%. Tal como no Rio Grande do Sul, no País, registrou-se uma substancial elevação da densidade sindical nas áreas rurais, a qual passou de 13,9% em 1992 para 23,1% em 2006. Nas áreas urbanas, no entanto, registrou-se um leve recuo, passando de 17,7% do total de ocupados urbanos para 17,5%. Observe-se que, a despeito do aumento do associativismo sindical no Brasil, o grau de penetração dos sindicatos entre os ocupados no Rio Grande do Sul ainda permanecia sendo mais elevado do que no País.

Com base na observação dos dados empíricos, podem-se identificar fases de **declínio**, de **relativa estabilização** e de **revitalização** do associativismo sindical. Declínio é definido como queda dos níveis de densidade sindical líquida; e revitalização, como fase de elevação da densidade.

No Rio Grande do Sul, é possível perceber um período de declínio e um de relativa estabilização. O **declínio** verificou-se entre 1992 e 1998, fase na qual o número de afiliados caiu em 124,6 mil pessoas. Esse declínio se expressou numa queda de 2,5 pontos percentuais da densidade sindical estadual total em relação a 1992. O período de relativa estabilização (1999 a 2006) caracterizou-se pela oscilação da densidade sindical em torno de 24% da população ocupada estadual. Nessa fase, registrou-se aumento de 241,2 mil pessoas no número de afiliados.

As áreas urbanas do Estado foram as mais atingidas na fase de **declínio** (Tabela 1 e Gráfico 1). Isso se expressou na queda da taxa de sindicalização. Nas áreas rurais, ao contrário, a densidade sindical apresentou um aumento, a despeito de uma leve redução no total de afiliados. Já no período de **relativa estabilização** (entre 1999 e 2006), a taxa de sindicalização nas áreas urbanas ficou oscilando em torno de 20,0% da população ocupada urbana, enquanto, nas áreas rurais, a taxa registrou aumento significativo. Pode-se concluir, pois, no caso do

Estado, que uma redução mais acentuada da densidade sindical estadual foi sustada pelo crescimento da taxa de sindicalização rural.

Diferentemente do que ocorreu no Estado, no Brasil, pode-se perceber uma fase de declínio e outra de revitalização (Tabela 2 e Gráfico 2). O **declínio** verificou-se entre 1992 e 1998 — fato indicado pelo leve recuo na densidade sindical total nacional em relação a 1992 (-0,8 ponto percentual). Nessa fase, o total de afiliados aumentou em apenas 214,0 mil pessoas; no período de **revitalização**, por sua vez, verificou-se entre 1999 e 2006. Isso é indicado pelo aumento de 5.085,7 mil no número de pessoas associadas, correspondendo a 89,8% do aumento líquido de afiliados registrados no País em todo o período. O aumento no contingente de afiliados expressa-se na elevação de 2,5 pontos percentuais na densidade sindical líquida nacional, entre 1999 e 2006.

No País, tal como no Estado, a tendência de queda na taxa de sindicalização, na fase do declínio, manifestou-se apenas nas áreas urbanas. A despeito do crescimento no número de afiliados, a densidade sindical urbana caiu 1,4 ponto percentual entre 1992 e 1998. Já nas áreas rurais, presenciou-se um pequeno aumento tanto no número de filiados quanto na taxa de sindicalização (0,8 ponto percentual). Na fase de revitalização, no entanto, houve uma reversão da tendência de queda, expressa num significativo aumento no número de associados, tanto nas áreas urbanas (3.918,0 mil pessoas) quanto nas rurais (1.167,7 mil pessoas). Nesse subperíodo, houve um leve crescimento na densidade sindical urbana. Nas áreas rurais, no entanto, o aumento da taxa de sindicalização foi significativo, tendo atingido 7,4 pontos percentuais. Com base nessas evidências, pode-se concluir que, no caso do Brasil, a elevação da densidade sindical nacional total pode ser creditada, em grande parte, ao aumento do associativismo sindical nas áreas rurais.

Diversos foram os fatores que podem ter contribuído para a estabilização dos níveis de densidade no Estado e para a revitalização do associativismo no Brasil. Dentre eles, podem ser mencionados: retomada do crescimento do emprego na indústria de transformação, aumento do emprego formal, condições políticas favoráveis — governo mais alinhado com os sindicatos — e capacidade de recrutamento de afiliados dos sindicatos (Moretto, Pochmann, 2006; Cardoso Junior, 2007).

Nesta seção, viu-se que os anos 90 se caracterizaram como período de declínio na afiliação sindical, tanto no Brasil quanto no Estado. Viu-se, igualmente, que, entre 1999 e 2006, se sucedeu uma fase de revitalização no Brasil. Diferentemente do que ocorreu

no País, no Rio Grande do Sul, a segunda metade do período em análise constituiu-se em uma fase de relativa estabilização do associativismo sindical. No País e no Estado, o crescimento do associativismo sindical rural foi o responsável pela atenuação da queda nas taxas de sindicalização durante o primeiro subperíodo. No segundo subperíodo, a revitalização do associativismo sindical nacional total deveu-se ao expressivo aumento da taxa de sindicalização nas áreas rurais, bem como à sua elevação nas áreas urbanas, entre 2003 e 2006. Já no Rio Grande do Sul, a evolução da densidade sindical estadual nessa fase (que se caracterizou pela relativa estabilização) acompanhou, fundamentalmente, o

movimento da sindicalização nas áreas urbanas. Viu-se, finalmente, que, a despeito da queda nas taxas de sindicalização estaduais verificadas durante os anos em estudo, no final do período, a participação relativa dos ocupados em sindicato no Rio Grande do Sul ainda era superior à do Brasil, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

Na próxima seção, será examinada a trajetória do associativismo sindical por sexo. Tal como se procedeu nesta seção, comparar-se-á o Rio Grande do Sul com o Brasil, com o propósito de identificar peculiaridades regionais.

Tabela 1

Número de ocupados na semana de referência, número de associados a sindicato e densidade sindical total e por situação de domicílio, Rio Grande do Sul — 1992-2006

ANOS	OCUPADOS			ASSOCIADOS			DENSIDADE SINDICAL (%)		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1992	4 989 222	3 540 028	1 449 194	1 299 873	848 243	451 630	26,1	24,0	31,2
1993	5 017 430	3 636 600	1 380 830	1 303 975	846 345	457 630	26,0	23,3	33,1
1995	5 002 086	3 648 058	1 374 028	1 275 016	871 834	403 182	25,5	23,9	29,3
1996	4 922 415	3 585 636	1 336 779	1 202 294	783 380	418 914	24,4	21,8	31,3
1997	4 994 618	3 682 212	1 312 406	1 180 192	774 350	405 842	23,6	21,0	30,9
1998	4 980 775	3 644 789	1 335 986	1 175 288	735 596	439 692	23,6	20,2	32,9
1999	5 056 101	3 717 658	1 338 443	1 184 638	762 857	421 781	23,4	20,5	31,5
2001	5 370 183	4 057 007	1 313 176	1 325 199	847 414	477 785	24,7	20,9	36,4
2002	5 505 813	4 104 348	1 401 465	1 280 966	818 886	462 080	23,3	20,0	33,0
2003	5 628 819	4 190 601	1 438 218	1 371 980	874 262	497 718	24,4	20,9	34,6
2004	5 726 933	4 314 594	1 412 339	1 334 431	842 460	491 971	23,3	19,5	34,8
2005	5 803 179	4 401 504	1 401 675	1 406 638	875 032	531 606	24,2	19,9	37,9
2006	5 869 020	4 508 579	1 360 441	1 425 879	922 804	503 075	24,3	20,5	37,0

FONTE: PNAD-IBGE.

Tabela 2

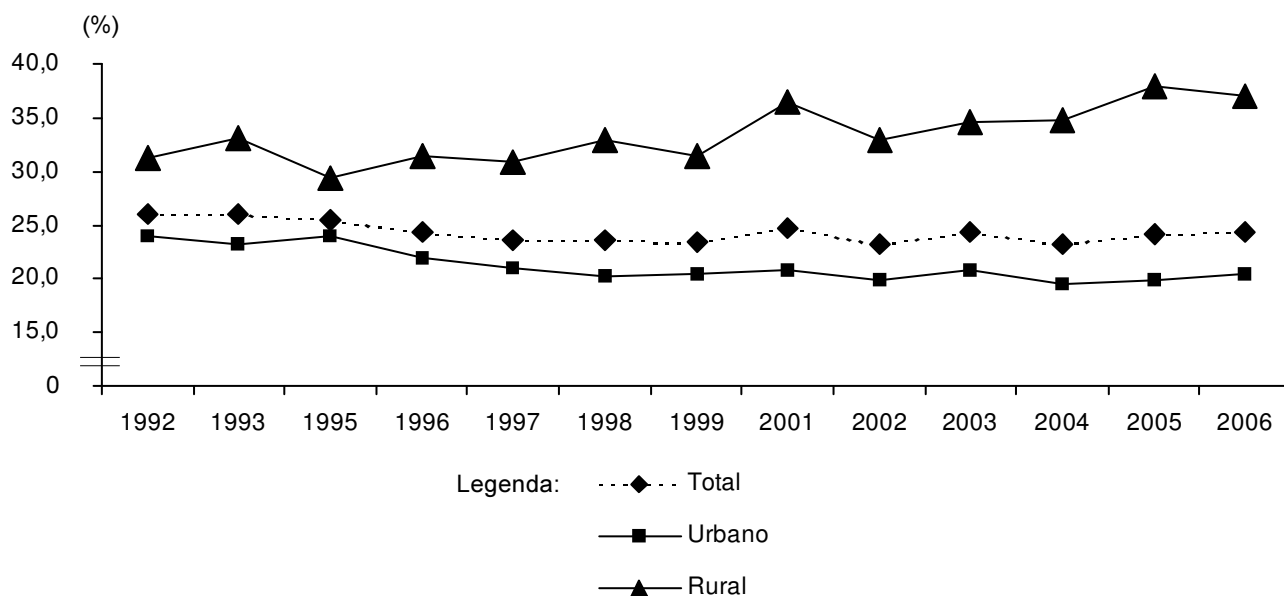
Número de ocupados na semana de referência, número de associados a sindicato e densidade sindical total e por situação de domicílio, Brasil — 1992-2006

ANOS	OCUPADOS			ASSOCIADOS			DENSIDADE SINDICAL (%)		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1992	65 395 491	48 334 705	17 060 786	10 934 194	8 560 596	2 373 598	16,7	17,7	13,9
1993	66 569 757	49 505 476	17 064 281	11 025 587	8 592 255	2 433 332	16,6	17,4	14,3
1995	69 628 608	52 379 314	17 249 294	11 281 372	8 893 337	2 388 035	16,2	17,0	13,8
1996	68 040 206	51 908 924	16 131 282	11 305 388	8 952 314	2 353 074	16,6	17,2	14,6
1997	69 331 507	52 786 535	16 544 972	11 240 974	8 820 834	2 420 140	16,2	16,7	14,6
1998	69 963 113	53 268 229	16 694 884	11 148 207	8 691 228	2 456 979	15,9	16,3	14,7
1999	71 676 219	54 238 060	17 438 159	11 508 813	8 768 845	2 739 968	16,1	16,2	15,7
2001	76 098 344	61 577 155	14 521 189	12 733 350	9 929 571	2 803 779	16,7	16,1	19,3
2002	78 958 866	64 199 254	14 759 612	13 299 208	10 303 052	2 996 156	16,8	16,0	20,3
2003	80 163 481	65 341 589	14 821 892	14 169 802	10 905 128	3 264 674	17,7	16,7	22,0
2004	84 596 294	67 931 132	16 665 162	15 200 906	11 547 276	3 653 630	18,0	17,0	21,9
2005	87 189 389	69 861 099	17 328 290	16 001 656	12 117 283	3 884 373	18,4	17,3	22,4
2006	89 318 095	72 384 379	16 933 716	16 594 477	12 686 809	3 907 668	18,6	17,5	23,1

FONTE: PNAD-IBGE.

Gráfico 1

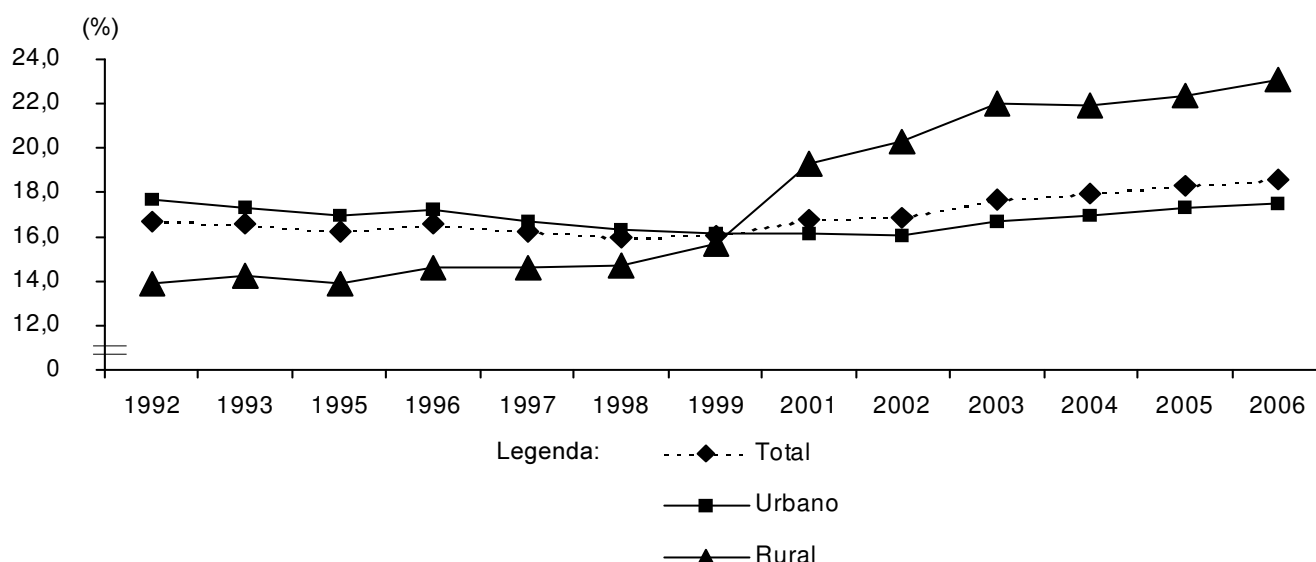
Densidade sindical, por situação de domicílio, no RS — 1992-2006



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS; BR; RS 1992/1993, 1995/1999, 2001/2006 — PNAD. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/diretorios/php?caminho=../pub/. Acesso em: jan. 2007.

Gráfico 2

Densidade sindical, por situação de domicílio, no Brasil — 1992-2006



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS; RS 1992/1993, 1995/1999, 2001/2006 — PNAD. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/diretorios.php?caminho=../pub/.
 Acesso em: jan. 2007.

4 Evolução do associativismo e densidade sindical por sexo

No Rio Grande do Sul, havia, em 2006, de acordo com o IBGE, cerca de 817,8 mil homens (57,4% do total geral de associados) e 608,1 mil mulheres (42,6%) associados a sindicatos (Tabelas 3 e 5). Os homens residentes em áreas urbanas representavam 36,6% do total geral de associados e, em áreas rurais, 20,8% do total, ao passo que as mulheres residentes em áreas urbanas representavam 28,1% do total geral de associados e, nas áreas rurais, 14,5%.

No Brasil, a participação dos homens no total geral de associados a sindicatos no País era, em 2006, ligeiramente superior à do Rio Grande do Sul, atingindo 60,4%, e a de mulheres era levemente inferior (39,6%) (Tabelas 4 e 6). As áreas urbanas do Brasil concentravam 46,8% de homens associados em relação ao total de associados no País e 29,7% de mulheres. Já nas áreas

rurais, a parcela de homens e mulheres era 13,6% e 9,9% do total de associados no País respectivamente.

Considerando, agora, a tendência de evolução do número de associados por sexo no período, observa-se que, no Rio Grande do Sul, as mulheres aumentaram significativamente sua participação relativa no total geral de associados, enquanto a dos homens diminuiu. Em 1992, as mulheres constituíam cerca de 33,7% do total de associados a sindicatos e, em 2006, cerca de 42,6%. Houve, no período, um aumento de 170,6 mil mulheres em relação ao total registrado em 1992. Os indivíduos do sexo masculino, por sua vez, representavam, em 1992, cerca de 66,3% do total geral de associados e, no final do período, cerca de 57,4%. Nesse caso, registrou-se uma redução de 44,6 mil pessoas do sexo masculino em sindicatos no Estado, durante o período. Disso se conclui que o aumento do número total de associados a sindicato registrado no Rio Grande do Sul deveu-se à elevação do contingente de mulheres.

Observando-se a evolução da distribuição do número de associados, por sexo e por situação do domicílio, no Estado, entre 1992 e 2006, vê-se que a queda no número

de homens associados se verificou tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, ao passo que, no caso das mulheres, registrou-se um aumento em ambos os casos (Tabela 5). Para os homens, a maior perda, em números absolutos e relativos, ocorreu nas áreas rurais (menos 31,4 mil pessoas), enquanto, nas cidades, a perda foi de 13,2 mil pessoas. As mulheres tiveram seu maior aumento, em números absolutos, nas áreas urbanas (87,7 mil pessoas), porém, nas áreas rurais, elas tiveram seu maior aumento em termos relativos — 66,7% em relação ao total de mulheres nessas áreas, em 1992.

No Brasil, diferentemente do Rio Grande do Sul, registrou-se, entre 1992 e 2006, um aumento no número de associados, para ambos os sexos, nas áreas urbanas e rurais (Tabela 6). O crescimento do contingente nacional de mulheres afiliadas foi significativamente superior ao de homens, em ambas as situações. Na Tabela 4, pode-se ver que o número de associados do sexo masculino aumentou 28,6% em relação ao total de homens em 1992, enquanto o do sexo feminino se elevou 109,5% em relação ao total de mulheres em 1992 (Tabela 6). O número de homens nas áreas urbanas do País aumentou 31,6%; e o de mulheres, 84,9% em relação ao respectivo total urbano em 1992. Nas áreas rurais, o aumento do número de homens foi de 19,0%; ao passo que o de mulheres, 247,9% em relação ao respectivo número de associados rurais em 1992.

Note-se que o número de mulheres representa 60,6% do total geral de novos associados no País, durante o período. Nas áreas urbanas do Brasil, as mulheres representam 54,8% do total de novas associadas e 76,4% do total de novos associados nas áreas rurais. Esses dados revelam que o acentuado crescimento registrado no número de associados a sindicatos no País deve ser creditado à expressiva entrada de mulheres em sindicatos.

Em relação à densidade sindical, pode-se ver que, em 2006, no Rio Grande do Sul, os homens associados representavam 25,3% dos ocupados do sexo masculino; e as mulheres, 23,1% dos ocupados do sexo feminino (Tabela 3). Esses valores são superiores aos do Brasil, no qual os associados do sexo masculino representavam 19,5% da população ocupada do sexo masculino e as mulheres 17,3% da população ocupada feminina.

Desagregando os dados por situação do domicílio dos associados, vê-se que, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais do Rio Grande do Sul, a densidade sindical masculina era superior à feminina (Tabela 5). Nas cidades, a densidade sindical masculina atingia, em 2006, 21,2%; e a feminina, 19,5%. Nas áreas rurais, a densidade sindical, para ambos os sexos, era muito

superior à das áreas urbanas — 38,0% para os homens e 35,6% para as mulheres. No Brasil, tal como no Estado, a densidade sindical urbana, por sexo, era inferior à rural (Tabela 6). Diferentemente do Rio Grande do Sul, no entanto, nas áreas rurais, a taxa de sindicalização dos homens era inferior à das mulheres — 21,5% e 25,6% respectivamente.

A evolução do número de associados reflete-se na trajetória da densidade sindical durante o período. No Rio Grande do Sul, em 1992, os homens associados a sindicato representavam 30,6% dos ocupados do sexo masculino; e as mulheres, 20,1% dos ocupados do sexo feminino. Comparando 2006 com 1992, pode-se verificar que a densidade sindical dos homens caiu em 5,4 pontos percentuais, enquanto a das mulheres se elevou em 3,0 pontos percentuais. Nas áreas urbanas, registrou-se queda da densidade para ambos os sexos. Já nas áreas rurais, os homens registraram queda, porém as mulheres aumentaram sua participação. A elevação na taxa de sindicalização feminina estadual ocorreu, pois, exclusivamente, devido ao aumento da sua participação relativa nas áreas rurais.

No País, tal como no Estado, a densidade sindical total feminina registrou uma trajetória ascendente. Já a taxa de sindicalização masculina atingiu, no final do período, o mesmo patamar de 1992. No começo do período em análise, o contingente de homens associados a sindicatos representava 19,5% dos ocupados do sexo masculino; enquanto o de mulheres, 12,4% dos ocupados do sexo feminino. Em 2006, a densidade masculina não apresentou variação, ao passo que a feminina havia aumentado 5,0 pontos percentuais. Tal como no Estado, nas áreas urbanas do País, registrou-se queda na taxa de sindicalização masculina. Ao contrário do que ocorreu no Rio Grande do Sul, nas áreas rurais do País, ocorreu, no período, um aumento na densidade sindical masculina. Já no caso das mulheres, houve um aumento na densidade sindical feminina nacional, tanto nas cidades quanto no campo. As mulheres, pois, reforçaram a sua presença em sindicato nas áreas urbanas e, principalmente, nas áreas rurais.

Observando, agora, a série histórica completa, podem-se ver as oscilações da densidade sindical, por sexo, no Rio Grande do Sul (Gráfico 3). Entre 1992 e 1999, é possível identificar uma fase de declínio da taxa de sindicalização masculina e, entre 1999 e 2006, um período de relativa estabilização. Já a densidade sindical feminina apresentou períodos de aumento — entre 1992 e 1996 e em 2005 e 2006 — e de relativa estabilização — entre 1997 e 2004.

No Brasil, durante o período, é possível perceber um quadro de variação muito distinto do ocorrido no Estado. No caso dos homens, registrou-se uma fase de declínio e outra de revitalização (Gráfico 4). A exemplo do Rio Grande do Sul, a fase de declínio situou-se entre 1992 e 1998. Nos anos subsequentes e em contraste com o Estado, a densidade masculina entrou num período de recuperação continuada. Já no caso das mulheres e em contraste com o Estado, a taxa de sindicalização apresentou uma tendência de crescimento quase continuada durante os anos em estudo.

Sumarizando, os homens eram, em 1992, e continuavam a ser, em 2006, a maioria dos associados a sindicato tanto no Estado quanto no País. Esse mesmo quadro se repete nas áreas urbanas e nas rurais. Viu-se, no entanto, que a vantagem dos associados masculinos se reduziu consideravelmente no período em estudo, principalmente nas áreas rurais. No Brasil, a queda na

participação relativa dos homens no total de associados foi mais intensa do que no Rio Grande do Sul. Viu-se, em segundo lugar, que o comportamento da densidade sindical foi diferente para homens e mulheres no Rio Grande do Sul e no Brasil. No Estado, a taxa de sindicalização dos homens registrou queda no total e nas áreas urbanas e rurais, principalmente durante o primeiro subperíodo. No Brasil, ao contrário, a densidade sindical masculina geral atingiu, no final do período, o mesmo patamar de 1992. Nas áreas urbanas, registrou-se queda, porém, nas rurais, houve crescimento. Já a taxa de sindicalização feminina nacional apresentou crescimento nas áreas urbanas e principalmente nas rurais. As evidências permitem concluir, finalmente, que, no Rio Grande do Sul, as mulheres contribuíram para a relativa estabilização da taxa de sindicalização estadual e, no Brasil, foram as principais responsáveis pela revitalização da densidade sindical nacional.

Tabela 3

Número de ocupados na semana de referência, associados a sindicato e densidade sindical total e por sexo, Rio Grande do Sul — 1992-2006

ANOS	OCUPADOS			ASSOCIADOS			DENSIDADE SINDICAL (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992	4 989 222	2 815 504	2 173 718	1 299 873	862 407	437 466	26,1	30,6	20,1
1993	5 017 430	2 823 541	2 193 889	1 303 975	855 159	448 816	26,0	30,3	20,5
1995	5 002 086	2 816 315	2 205 771	1 275 016	821 429	453 587	25,5	29,2	20,6
1996	4 922 415	2 808 627	2 113 788	1 202 294	750 493	451 801	24,4	26,7	21,4
1997	4 994 618	2 859 464	2 135 154	1 180 192	731 886	448 306	23,6	25,6	21,0
1998	4 980 775	2 887 195	2 093 580	1 175 288	729 055	446 233	23,6	25,3	21,3
1999	5 056 101	2 863 553	2 192 548	1 184 638	719 563	465 075	23,4	25,1	21,2
2001	5 370 183	3 039 607	2 330 576	1 325 199	807 351	517 848	24,7	26,6	22,2
2002	5 505 813	3 113 796	2 392 017	1 280 966	798 791	482 175	23,3	25,7	20,2
2003	5 628 819	3 153 003	2 475 816	1 371 980	826 043	545 937	24,4	26,2	22,1
2004	5 726 933	3 217 063	2 509 870	1 334 431	812 150	522 281	23,3	25,2	20,8
2005	5 803 179	3 238 638	2 564 541	1 406 638	837 642	568 996	24,2	25,9	22,2
2006	5 869 020	3 235 112	2 633 908	1 425 879	817 783	608 096	24,3	25,3	23,1

FONTE: PNAD-IBGE.

Tabela 4

Número de ocupados na semana de referência, número de associados a sindicato e densidade sindical total e por sexo, Brasil — 1992-2006

ANOS	OCUPADOS			ASSOCIADOS			DENSIDADE SINDICAL (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992	65 395 491	40 028 416	25 367 075	10 934 194	7 800 291	3 133 903	16,7	19,5	12,4
1993	66 569 757	40 585 159	25 984 598	11 025 587	7 680 278	3 345 309	16,6	18,9	12,9
1995	69 628 608	41 863 309	27 765 299	11 281 372	7 670 986	3 610 386	16,2	18,3	13,0
1996	68 040 206	41 324 833	26 715 373	11 305 388	7 520 122	3 785 266	16,6	18,2	14,2
1997	69 331 507	41 977 258	27 354 249	11 240 974	7 441 943	3 799 031	16,2	17,7	13,9
1998	69 963 113	42 312 927	27 650 186	11 148 207	7 240 173	3 908 034	15,9	17,1	14,1
1999	71 676 219	42 813 014	28 863 205	11 508 813	7 387 837	4 120 976	16,1	17,3	14,3
2001	76 098 344	45 126 762	30 971 582	12 733 350	7 921 143	4 812 207	16,7	17,6	15,5
2002	78 958 866	46 334 235	32 624 631	13 299 208	8 314 658	4 984 550	16,8	17,9	15,3
2003	80 163 481	46 935 090	33 228 391	14 169 802	8 640 234	5 529 568	17,7	18,4	16,6
2004	84 596 294	49 241 975	35 354 319	15 200 906	9 295 312	5 905 594	18,0	18,9	16,7
2005	87 189 389	50 493 724	36 695 665	16 001 656	9 690 487	6 311 169	18,4	19,2	17,2
2006	89 318 095	51 399 705	37 918 390	16 594 477	10 027 763	6 566 714	18,6	19,5	17,3

FONTE: PNAD-IBGE.

Tabela 5

Número de ocupados na semana de referência, número de associados a sindicatos e densidade sindical, por sexo e por situação de domicílio, Rio Grande do Sul — 1992, 1999 e 2006

ANO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	OCUPADOS			ASSOCIADOS			DENSIDADE SINDICAL (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992									
Total	4 989 222	2 815 504	2 173 718	1 299 873	862 407	437 466	26,1	30,6	20,1
Urbana	3 540 028	2 006 810	1 533 218	848 243	535 104	313 139	24,0	26,7	20,4
Rural	1 449 194	808 694	640 500	451 630	327 303	124 327	31,2	40,5	19,4
1999									
Total	5 056 101	2 863 553	2 192 548	1 184 638	719 563	465 075	23,4	25,1	21,2
Urbana	3 717 658	2 101 050	1 616 608	762 857	438 505	324 352	20,5	20,9	20,1
Rural	1 338 443	762 503	575 940	421 781	281 058	140 723	31,5	36,9	24,4
2006									
Total	5 869 020	3 235 112	2 633 908	1 425 879	817 783	608 096	24,3	25,3	23,1
Urbana	4 508 579	2 457 122	2 051 457	922 804	521 915	400 889	20,5	21,2	19,5
Rural	1 360 441	777 990	582 451	503 075	295 868	207 207	37,0	38,0	35,6

FONTE: PNAD-IBGE.

Tabela 6

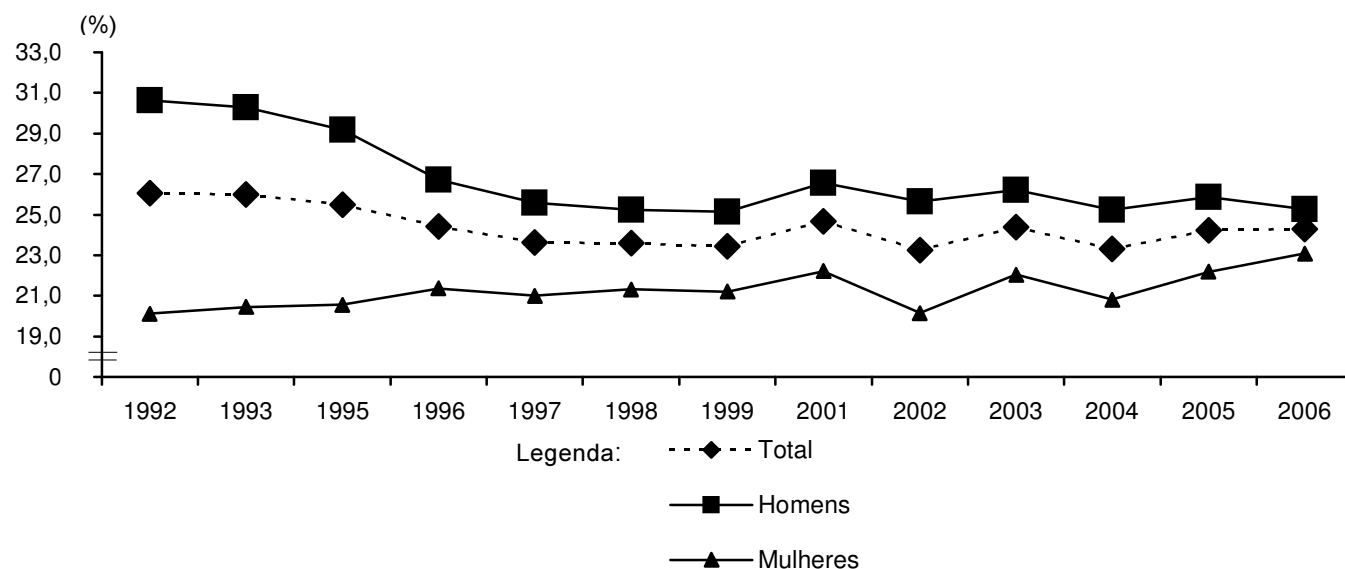
Número de ocupados na semana de referência, número de associados a sindicato e densidade sindical, por sexo e por situação de domicílio, Brasil — 1992, 1999 e 2006

ANO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	OCUPADOS			ASSOCIADOS			DENSIDADE SINDICAL (%)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992									
Total	65 395 491	40 028 416	25 367 075	10 934 194	7 800 291	3 133 903	16,7	19,5	12,4
Urbana	48 334 705	29 431 514	18 903 191	8 560 596	5 899 715	2 660 881	17,7	20,0	14,1
Rural	17 060 786	10 596 902	6 463 884	2 373 598	1 900 576	473 022	13,9	17,9	7,3
1999									
Total	71 676 219	42 813 014	28 863 205	11 508 813	7 387 837	4 120 976	16,1	17,3	14,3
Urbana	54 238 060	32 042 374	22 195 686	8 768 845	5 572 474	3 196 371	16,2	17,4	14,4
Rural	17 438 159	10 770 640	6 667 519	2 739 968	1 815 363	924 605	15,7	16,9	13,9
2006									
Total	89 318 095	51 399 705	37 918 390	16 594 477	10 027 763	6 566 714	18,6	19,5	17,3
Urbana	72 384 379	40 885 825	31 498 554	12 686 809	7 765 626	4 921 183	17,5	19,0	15,6
Rural	16 933 716	10 513 880	6 419 836	3 907 668	2 262 137	1 645 531	23,1	21,5	25,6

FONTE: PNAD-IBGE.

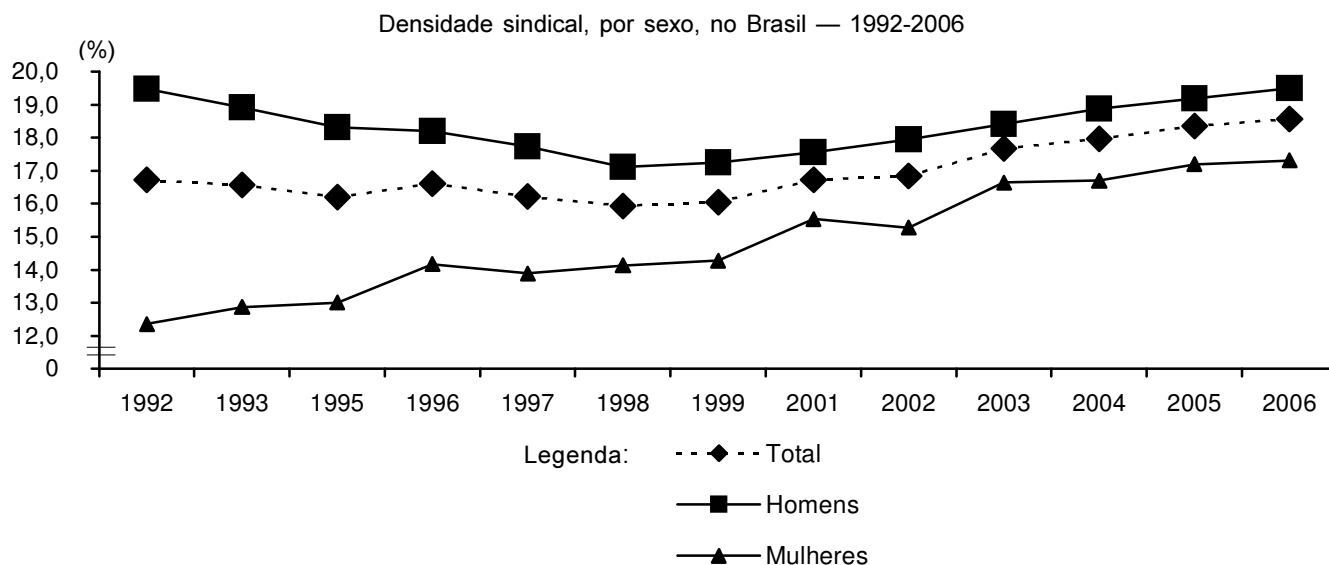
Gráfico 3

Densidade sindical, por sexo, no Rio Grande do Sul — 1992-2006



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS; RS 1992/1993, 1995/1999, 2001/2006 - PNAD. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/diretorios/.php?caminho=../pub/. Acesso em: jan. 2007.

Gráfico 4



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS; BR 1992/1993, 1995/1999, 2001/2006 - PNAD. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/diretorios./php?caminho=../pub/. Acesso em: jan. 2007.

5 Considerações finais

Evidências empíricas revelam a existência de um período de declínio do associativismo sindical no Brasil, entre 1992 e 1998, fato expresso na queda nos índices de densidade sindical. Dados mais recentes indicam, no entanto, que, entre 1999 e 2006, houve uma reversão desse processo, podendo-se falar em uma revitalização do associativismo no País. Durante esses anos, o contingente nacional de associados ampliou-se significativamente, elevando-se em mais de 50%, em relação ao total de associados existente em 1992. A densidade sindical, por sua vez, depois de ter sofrido uma queda nos anos 90, voltou a elevar-se na presente década, chegando a ultrapassar o patamar do início da série histórica. Com base na teoria, pode-se concluir, pois, que, na primeira metade dos anos 2000, ocorreu um fortalecimento dos sindicatos no Brasil. O País colocou-se, assim, no pequeno grupo de nações em que se verificou um aumento do associativismo sindical.

O estudo mostrou, igualmente, que a revitalização do associativismo sindical não foi um fenômeno generalizado no Brasil. Evidências indicam que, no Rio Grande do Sul, nos anos 90, o declínio do associativismo

sindical foi mais intenso e prolongado do que no País e que um processo de revitalização não se configurou no Estado nos anos 2000. Apesar de se haver registrado um aumento significativo no número de associados desde 1999, o total de sindicalizados, em 2006, não havia superado em 10% o total existente em 1992. Esse movimento se refletiu na densidade sindical, que sofreu um processo de erosão no período. No final da série histórica, a taxa de sindicalização não havia atingido os patamares de 1992. Diferentemente, pois, do que ocorreu no País, na região configurou-se, nos anos 2000, uma situação de relativa estabilidade, porém em patamares inferiores aos do início da década de 90. Conclui-se, pois, que, no Rio Grande do Sul, ao contrário do que se verificou em nível nacional, houve uma relativa queda no poder sindical.

Caberia ressaltar-se que, apesar do significativo aumento do número de associados a sindicato e da densidade sindical no País, a taxa de sindicalização estadual continuava, no final do período, a ser superior à taxa nacional. No entanto, a diferença entre a densidade sindical no Estado e no País vem se reduzindo gradativamente.

As evidências empíricas mostram, além disso, que fases de declínio e revitalização podem ser claramente distinguidas nas áreas urbanas do Brasil, porém são inexistentes nas áreas rurais. Nas primeiras, a fase de declínio situou-se entre 1992 e 1998, e sinais de revitalização podem ser percebidos a partir de 2003. A despeito do significativo aumento do número de sócios, no final do período, a densidade sindical urbana ainda registrava uma pequena redução em relação a 1992. Já nas áreas rurais, o número de sindicalizados e a densidade sindical estiveram em crescimento durante, praticamente, todo o período. Cabe destacar-se que os patamares de densidade rural eram inferiores às taxas urbanas no início da série histórica, porém, em 2006, encontravam-se em níveis consideravelmente superiores.

O Rio Grande do Sul apresentou algumas diferenças em relação ao Brasil. Nas áreas urbanas do Estado, tal como no País, a densidade sindical passou por um período de queda nos anos 90. Já nos anos 2000 e diferentemente do associativismo nacional, as taxas de sindicalização estabilizaram-se, relativamente, em patamares inferiores aos do início do período. Nas áreas rurais, no entanto, tal como no Brasil, houve um aumento na densidade sindical, principalmente após 2002.

Em síntese, a análise da situação do domicílio dos associados demonstrou, primeiramente, que o declínio do associativismo sindical, no Rio Grande do Sul e no Brasil, se situou nas áreas urbanas. Em outras palavras, os sindicatos perderam força nas áreas urbanas, mas ganharam poder nas zonas rurais. Em segundo lugar, o declínio do associativismo urbano foi mais intenso no Rio Grande do Sul do que no País. Em terceiro, no Estado, não se registrou uma revitalização do associativismo urbano tal como ocorreu no plano nacional.

As últimas observações deste estudo dizem respeito à distribuição do associativismo sindical por sexo. Viu-se, primeiramente, que, no Brasil e no Rio Grande do Sul, no final do período em estudo, o número de associados homens e a densidade sindical masculina eram maiores no que se refere às mulheres. Nas áreas urbanas do País, os homens exibiam uma taxa de sindicalização superior à das mulheres, enquanto, nas áreas rurais, as associadas do sexo feminino predominavam. No Estado, os homens tinham maior participação do que as mulheres nos dois âmbitos aqui considerados.

Dados mostram, em segundo lugar, que a presença feminina vem aumentando significativamente. No Brasil, o contingente de mulheres cresceu mais do que o dos homens, principalmente nas áreas rurais. Isso se refletiu na elevação das taxas de sindicalização feminina

nacionais. No Rio Grande do Sul, o (pequeno) acréscimo no número de afiliados a sindicato deveu-se, exclusivamente, ao aumento no número de mulheres. No período, o contingente de homens sofreu queda, em termos absolutos e relativos, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

O aumento das taxas de sindicalização registrado no País, nos anos 2000, principalmente o de mulheres, parece indicar que, em nível nacional, as entidades sindicais conseguiram se adaptar, ao menos em alguma medida, à nova realidade econômica e política do Brasil e superar condições desfavoráveis dos anos 1990. O aumento da participação de mulheres em sindicato parece indicar que os sindicatos brasileiros conseguiram reciclar-se frente a mudanças na composição demográfica da força de trabalho, mudando suas estratégias de recrutamento. É necessário chamar atenção, no entanto, que, a despeito dos avanços ocorridos nos últimos anos, ainda é relativamente pequeno o número de afiliados a sindicato no País.

Os dados parecem indicar, ainda, que o processo de revitalização não ocorreu de forma homogênea no País. Isso se manifesta no declínio do sindicalismo nas áreas urbanas e no crescimento nas áreas rurais.

É possível que a revitalização do associativismo sindical urbano no País esteja associada à recuperação do emprego na indústria de transformação e ao aumento do emprego formal ocorridos após 1999 (Cardoso Junior 2007; Moretto; Pochmann, 2006). Essa suposição é reforçada, primeiramente, por evidências colhidas na PNAD, as quais revelam que o número de filiados no Setor Secundário, especialmente o número de homens associados, cresceu significativamente desde então. O crescimento acentuado do número de homens associados desde o final dos anos 90 foi, no entanto, superado pelo aumento do número de mulheres associadas. É possível que a forte elevação do contingente de mulheres nas áreas urbanas esteja associada à expansão de áreas do setor de serviços — tal como educação e saúde (Cardoso Junior, 2007) — que absorvem a força de trabalho feminina. Nas áreas rurais, o crescimento do associativismo feminino deveu-se à “abertura das portas” dos sindicatos para as mulheres.⁹ Um outro fator que contribuiu foi a extensão do direito de aposentadoria às mulheres do campo pela Constituição de 1988.¹⁰ As organizações sindicais desempenham um

⁹ Essa conclusão está baseada em informações gentilmente fornecidas por Anita Brumer, Professora do curso de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAGRS).

¹⁰ Idem nota 8.

papel no fornecimento da comprovação da condição de trabalhador rural, necessária para requerer esse direito para os associados.

Referências

BAMBER, G. J.; LANSBURY, R. D.; WAILES, N. Introduction. In: —. **International and comparative employment relations**: globalisation and the developed market economies. Londres; Sage, 2004. p. 1-35.

BEAUMONT, P. B. **Change in industrial relations**: the organization and environment. Londres: Routledge, 1990.

BEN-ISRAEL, G.; FISHER, H. Trade unions in the future: organisational strategies in a changing environment. In LANSBURY, R. D. et al. (Ed.). **The future of industrial relations: global change and challenges**. London: Sage, 1994. p. 135-151.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. **Mulher e trabalho**, Porto Alegre: FEE, v. 2, p. 95-106, 2002.

CARDOSO JUNIOR., José Celso. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília, IPEA, 2007. (Texto para Discussão, n. 1310).

CARDOSO, Adalberto Moreira. Problemas de representação do sindicalismo brasileiro: o que aconteceu com a filiação sindical? In: TOLEDO, Enrique de la Garza. **Los sindicatos frente a los procesos de transición política**. Buenos Aires, CLACSO, 2001, p. 55-89. Disponível em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/garza3/>>.

CATTANI, Antonio D. Sindicatos — sindicalismo. In: DICIONÁRIO crítico sobre trabalho e tecnologia. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 287-292.

DUNLOP, J. T. **Industrial relations systems**. Boston: Harvard Business School, 1993.

FIORITO, Jack. Human resources management practices and worker desires for union representation. **Journal of Labour Research**, v. 22, n. Spring, pp. 335-54.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênea Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar *per capita* no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**: revista do Departamento de Ciências Sociais da UFMG, Belo Horizonte, v. 14, n. 2 p. 35-58, 2004.

INDICADORES SOCIAIS 2001: sindicatos. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

JOSE, A. J. Organized labour in the 21st century: some lessons for developing countries. In: — (Ed.). **Organized labour in the 21st century**: 1-19. Genebra: OIT, 2002.

KAUFMAN, Bruce E. Employment relations and the employment relations system: a guide to theorizing. In: —. **Theoretical perspectives on work and the employment relationship**. [Illinois]: University of Illinois Urbana-Champaign, 2004b. p. 41-76.

KAUFMAN, Bruce E. **Theoretical Perspectives on work and the employment relationship**. [Illinois]: University of Illinois Urbana-Champaign, 2004a. p. 229-264.

KEENOY, Tom. **Invitation to industrial relations**. Basil Blackwell, Oxford, 1990.

KELLY, John; FREGE, Carola. Variedades no mundo capitalista avançado. **Democracia e Mundo do Trabalho**, Porto Alegre, Ano 1, p. 50-56, n. 1, jan./jun. 2005.

LAWRENCE, Sophia; ISHIKAWA, Junko. **Trade union membership and collective bargaining coverage**: statistical concepts, methods and findings. Genebra: OIT, 2005. (Working Paper n. 59).

MACHIN, Stephen; WOOD, Stephen. Human Resources Management as a Substitute for Trade Unions in British Workplaces. **Industrial and Labor Relations Review**, v. 58, n. 2, p. 201-218, Jan. 2005.

MORETTO, Amilton; POCHMANN, Marcio. A retomada do emprego em marcha lenta: implicações para as políticas públicas de mercado do trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. **Anais...** [S. l.]: ABEP, 2006.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS; BR; RS 1992/1993, 1995/1999, 2001/2006 - PNAD. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: jan. 2007.

PICHLER, W. A. Evolução da estrutura e do associativismo sindical no Rio Grande do Sul, no período de 1991 a 2001. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 35, n. 1, p. 137-150, 2007.

RYAN, S., WAILES, N., BAMBER, G. J. Globalisation, employment and labour: comparative statistics. In: BAMBER, G. J.; LANSBURY, R. D.; WAILES, N. **International and comparative employment relations: globalisation and the developed market economies**. Londres: Sage, 2004. p. 357-397.

SALAMON, M. **Industrial relations: theory and practice**. Londres: Prentice Hall, 1998.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del. A mudança no conceito de trabalho nas novas PNADs. **Economia e Sociedade**, v. 8, p. 247-261, jun. 1997.